

REPERCUSSÕES DA PROVA BRASIL NO CURRÍCULO E NO TRABALHO DOCENTE EM ESCOLAS PÚBLICAS DE CAMPINA GRANDE

Alan Nascimento Rodrigues (UFCG)

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Leandro Silva (UFCG)

Introdução -

As transformações no cenário econômico mundial têm modificado e influenciado os sistemas educacionais, dificultando a efetivação de propostas educacionais ditas progressistas, ou que estejam fora do eixo contextual das políticas neoliberais. Estas concepções pedagógicas educacionais têm sofrido grande dificuldade em se colocar enquanto projeto para a educação no Brasil, isso porque, desde inícios dos anos de 1994, vem vigorando, repercutindo diretamente em políticas educacionais, a chamada nova fase que caracterizará a educação na respectiva década, a saber: o neoliberalismo. Assim, neste contexto do mundo da comunicação, da informática, das máquinas eletrônicas e do simbólico (SAVIANI, 2007), temos outro modo de conceber a pessoa humana e outra perspectiva para a educação das pessoas. Formas metodológicas de ensino e de educação que reduzem o indivíduo a critérios de “eficácia” e “eficiência”, mediante os quais deverá ser treinado para realizar tarefas bem específicas, especializadas, porém sem contextualizações críticas a respeito do que se é ensinado. Para Saviani (2007, p. 425) o neoliberalismo traz para o contexto escolar uma lógica em que “a legitimação tanto da pesquisa, como do ensino, só pode ocorrer pelo desempenho, pelas competências que foram capazes de instaurar.”

Considerado, pois, as inquietações expostas acima, a presente comunicação oral se ocupará em trazer as primeiras considerações a respeito da pesquisa que vem sendo desenvolvida no âmbito da pesquisa PIBIC – 2017/2018 e que pretende analisar as repercussões da prova Brasil no currículo e no trabalho docente em escolas de Campina Grande - PB. De modo específico nos propomos a investigar os efeitos e repercussões da Prova Brasil no currículo escolar; analisar os efeitos da Prova Brasil no trabalho de professor(a)s de diferentes disciplinas e analisar como tal política influencia as práticas metodológicas e, até mesmo, a postura e a subjetividade do/a professor/a em sala de aula, fazendo com que este/a, muitas vezes, tenda a naturalizá-las como único parâmetro para sua ação docente.

Metodologia

Considerando os objetivos a serem alcançados e as contribuições de diferentes autores (MENDES, 2015; TEODORO, 2016; CARVALHO, 2016 et al), optamos por uma abordagem qualitativa, baseada nas interpretações dos fenômenos ocorridos na educação. Como técnicas de coleta de dados, nos apoiamos em uma ampla análise bibliográfica e documental; o trabalho em campo será realizado por meio de entrevistas e observações em algumas escolas públicas de Campina Grande – PB, que podem desenvolver no contexto das políticas de avaliação externa (Prova Brasil, IDEB) e que expressam interesses muito mais amplos do que aqueles que possam circunscrever apenas a escola.

Resultados e discussões

Como pesquisa em andamento, ainda não há resultados plausíveis, ainda assim apresentamos algumas reflexões advindas da análise bibliográfica realizada. As mudanças ocorridas no campo da produção motivadas pela crise da sociedade capitalista nos anos de 1970, operam sensíveis transformações que determinarão o modo como as pessoas passam a se relacionar com o trabalho e, conseqüentemente, no modo de se pensar a educação (SAVIANI, 2007). Substituindo a concepção fordista que supunha a formação de trabalhadores capacitados para manusear uma máquina específica, produzir em grande quantidade de produtos para estoque e consumo uniforme de consumidores massificados. Diversamente a este modelo, o Toyotismo ditará outra maneira de relação de trabalho muito mais fluída, onde os trabalhadores atendem a demandas de nichos específicos de consumo, desfazendo uma relação efetiva do trabalhador com a fábrica. Esse momento “requer trabalhadores que, em lugar da estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camiseta da empresa e elevando a competentemente a produtividade” (idem p. 427).

São essas características que, de certo modo, vão influenciar o ambiente escolar. Passando este a reproduzir vários discursos reforçadores daquela concepção educacional que se vincula ao novo modo de relação dos trabalhadores com a fábrica. Reforça-se, então, o discurso na meritocracia, pois o estudante, assim como o operário, deverá garantir o salário mediante esforço próprio. A escola deverá educar sujeitos capazes de adequar-se a múltiplas e variáveis condições de trabalho, ser flexível, polivalente, de modo que os preceitos econômicos ganham cada vez mais relevância. Para o autor, “ manteve-se, pois, a crença na contribuição da educação para o processo econômico-produtivo, marca distintiva da teoria do capital humano. Mas seu significado foi substancialmente alterado. ” (SAVIANI, 2007, p. 427). Diante do exposto temos uma escola em que há considerável controle sobre os alunos,

gestores e professores em vistas dos resultados que devem ser alcançados, às vezes, a qualquer custo. Para isso, vêm sendo adotados mecanismos bem desenhados de avaliação, algo que no Brasil tem alterado as práticas em sala de aula, posturas e metodologias no campo do ensino e da aprendizagem.

Na seara dessas transformações em função do neoliberalismo educacional, surge a partir dos anos de 1990 as avaliações em larga escala (LUCKESI, 2011; WERLE, 2011), como uma forma de controle, mas assumindo o discurso de “vamos avaliar a qualidade da educação”, traduzindo-se especificamente nos conceitos de competências e habilidades o que vai dar uma nova forma de como as escolas passarão a se organizar em se tratando de ensino e aprendizagem. Partindo desse pressuposto, temos que

É interessante observar também que, desde a sua primeira proposição, o Enem tem como foco o trabalho com as competências cognitivas do educando, exigindo, portanto, um direcionamento novo para o ensino médio no País na direção das competências cognitivas – portanto, das habilidades e ações mentais que constituem a base para formação das competências -, [...]. Assim, espera-se que, como o vestibular, configurou o ensino médio nos últimos 40 anos no País, o novo Enem tenha a possibilidade de conduzir esse nível de ensino para um novo modelo, voltado mais para a formação de competências que para o acúmulo de informações (LUCKESI, 2011, p. 434).

Desde 2009 o Ministério da Educação (MEC) tem tomado por base o Prova Brasil e políticas de avaliação externas como princípio de reorientação do ensino da Educação Básica. E as bases para esse ensino é este mesmo das competências e habilidades geradas no bojo do contexto da economia neoliberal. Diante disso, podemos nos perguntar e questionar se é legítimo tomar essas influências externas ao campo educacional sem ao menos refleti-la enquanto proposta para a educação, e perspectiva de formação humana. Afinal, quando se trata de educação, estamos falando do futuro de milhões de crianças, jovens e adultos que está em jogo. E pensamos que as pessoas precisam mais do que uma formação que fazem delas uma peça num jogo de interesses alheios aos seus anseios mais íntimos. Muito pelo contrário, as avaliações em larga escala têm mostrado seu caráter uniformizador e quando concebemos dessa forma a educação, o ensino e as metodologias adotadas para tal finalidade, abrimos um campo de exclusão dentro da própria escola traindo uma das suas funções mais elementares: incluir de modo efetivo o ser humano na sociedade, considerando-o em sua plenitude e em suas múltiplas dimensões (MAIA, 2009, p. 92) e não somente nos aspectos relacionados às competências para o trabalho.

Considerações finais -

Neste sentido, tomando por base a compreensão de Ferdinand Rohr (2002) a perspectiva educacional neoliberal, tal como referida acima, deve ser, sim, questionada em suas bases. Pois ela desrespeita pontos basilares para uma teoria da educação, historicamente constituídos a saber: a dignidade da pessoa humana (axiológico), a disposição não autoritária na busca pelo saber (epistemológico) e os limites à liberdade, que na dinâmica do capitalismo pressupõe os interesses do capital em detrimento do respeito às individualidades (ético). Neste sentido é salutar perguntamos se vale a pena adotar tal concepção de ensino que se apresenta como novidade, mas que, porém, sustenta raízes já anunciadas e denunciadas no século XIX, pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844 – 1900), por exemplo.

É importante salientar que a presente pesquisa está em andamento e aberta as considerações apresentadas, pois o que apresentamos são, na verdade, apenas algumas reflexões preliminares de um percurso de pesquisa que está apenas iniciando.

Referências

- CARVALHO, Luiz Miguel. **Intensificação e sofisticação dos processos da regulação: o programa internacional de avaliação internacional.** Edu. Soc., Campinas, v. 37, nº. 136, p. 669 – 683, jul. – set., 2016
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** São Paulo: 2011, p. 429 – 438.
- MAIA, Christiane Martinatti. Didática: organização do trabalho pedagógico. In.: ____ **Escola e professor: função social.** Curitiba: IESDE Brasil S. A, 2009, p. 85 - 99.
- MENDES, Geisa do S. C. V. CAMELO, João. ARELARO, Lisete R. G. TERRASÊCA, Manuela. SORDI, Mara R. L. KRUPPA, Sonia M. P. **Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueada.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. especial, p1283-1298, dez., 2015.
- NIETZSCHE. **Escritos sobre educação.** Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio, 2012.
- ROHR, Ferdinand. **Para além do neoliberalismo: A teoria enquanto aporte de superação das relações fundadas na barbárie.** Revista da FAGED. Nº 06, 2006.
- SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. In.: ____ **O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolavismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001).** Campinas: Autores Associados, 2007. P. 423 – 440.
- TEODORO, António. **Governando por números: os grandes inquéritos estatísticos internacionais e a construção de agenda global nas políticas de educação.** – Em Aberto – Brasília, v. 29, n.96, p. 41-52, maio/ago. 2016

WERLE, Flávia Obino Correia. *Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out. /dez. 2011.